

Amazônia News

[HOME](#) | [VOLTAR](#) | [PESQUISAR](#)

MMA quer floresta nativa nos MDL

Fonte: Gazeta Mercantil Pará,

Local: Pará

Data: 24 de outubro de 2000

Link: nenhum

Texto

<http://www.gazetamercantilpa.com.br>

Assuntos que têm tirado o sono de cientistas e das organizações não-governamentais ligadas ao meio ambiente, o seqüestro de carbono e os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) ainda não sensibilizaram os governos estaduais, tampouco a opinião pública. Foi o que afirmou a Secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Alegretti, durante o seminário “Critérios para Inclusão da Floresta no MDL”. “Essa é uma discussão que ainda não tem força política porque não foi traduzida. Acho que antes da decisão sobre incluir ou não floresta no MDL temos que organizar os argumentos sobre o porquê incluir ou por que não incluir”, disse Alegretti para a platéia de pesquisadores e parlamentares que participaram do evento. “Os governadores, por exemplo, não estão tomando posição em relação a isso (inclusão das florestas)”, completou.

De acordo com a secretária, na Amazônia a indiferença em relação às decisões que o País precisa tomar no que diz respeito ao MDL é ainda mais grave. “A Amazônia não se coloca na interlocução política. Assim, com floresta ou sem floresta no MDL, não vamos conseguir o que queremos, que são os instrumentos econômicos que assegurem renda e proteção das florestas”, criticou.

O diretor de meio ambiente da Secretaria Executiva de Meio Ambiente do Pará, Perminho Pascoal, afirmou que “o governo do estado comunga dessa realidade”. Ele admitiu que como os demais governos, o do Pará ainda não tem uma posição definida sobre a inclusão ou não das florestas no MDL. Afirmou, porém, que toda a política de desenvolvimento do estado tem sido construída para evitar novos avanços sobre a floresta nativa. “Nosso programa prega a consolidação das fronteiras abertas. O governo não aceita mais devastação da floresta para criar gado ou implantar culturas de ciclo curto”, afirmou Perminho.

Representante do Ministério do Meio Ambiente no evento, Mary Alegretti contou que o ministro José Sarney Filho tem defendido a posição isolada de inclusão das florestas nos MDL. Para satisfação dos ambientalistas presentes, a própria Alegretti chegou a defender a inclusão. Embora ressaltando que não representa a opinião oficial do governo, ela argumentou que “são falhos os argumentos de que a inclusão possa ser usada como um mecanismo para devastar depois” ou que não temos condições de “fiscalizar a manutenção das áreas a serem preservadas”.



O assunto MDL deve romper o circuito acadêmico e das ongs a partir de novembro, quando o Fórum Brasileiro de Mudança Climática entra em ação. Criado em junho deste ano, o Fórum, que é presidido pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, terá sua primeira reunião no dia 8 de novembro. Formado por ministros, governadores e parlamentares, o Fórum terá comissões temáticas e a expectativa é de que o assunto MDL atinja um público mais amplo.

Até o final deste ano, o Brasil deve concluir o levantamento sobre a emissão de carbono. Pesquisadores que acompanham o assunto de perto afirmam que o País deverá ficar entre os dez maiores emissores do planeta, o que dificulta sensivelmente as negociações do governo brasileiro com os países desenvolvidos que ainda não ratificaram a convenção de Kyoto e podem usar esses dados para reduzir suas responsabilidade sobre o aquecimento global.

O secretário Executivo do Fórum, Fábio Feldmann, lembrou que o Brasil não tem responsabilidade de reduzir as emissões de carbono, mas criticou o fato de o País não ter um estudo das “vulnerabilidades”. Esse estudo é importante, segundo Feldmann, porque mostrará as conseqüências do aquecimento em cada um dos ecossistemas brasileiros. “Temos que discutir os impactos econômicos das mudanças climáticas”, explicou.

Rita Soares de Belém

Última atualização: 24 October, 2000